



Presidentes latino-americanos reunidos no Uruguai: dívida de US\$ 320 bilhões

Brasil quer ação comum para dívida

Rodolfo Fernandes

PUNTA DEL ESTE, Uruguai — Os governos integrantes do Grupo dos Oito (Brasil, México, Argentina, Uruguai, Colômbia, Peru e Venezuela) vão elaborar um plano comum de ação para enfrentar o pagamento de suas dívidas externas, que somam US\$ 320 bilhões. A proposta foi apresentada pelo presidente José Sarney aos demais presidentes que participam do encontro em Punta Del Este e imediatamente aceita por todos. Em novembro, os ministros da Fazenda destes países se reunirão no Rio para elaborar este plano, que incluirá a proposta de redução do montante (estoque) das dívidas.

É a primeira vez que países de uma mesma região resolvem partir para a apresentação aos credores de uma proposta própria de solução de suas dívidas. A iniciativa do governo brasileiro não significa, segundo o ministro Mailson da Nobrega, que se esteja partindo para um cartel de devedores da região, mas que será instituído "um marco para servir de referência nas negociações".

Reduzir a transferência líquida de recursos da América Latina para o exterior, consagrar o princípio de corresponsabilidade no tratamento da dívida (que deve ser entendida como um problema tanto de credores como de devedores) e adotar medidas que impliquem a redu-

ção efetiva desta dívida são as principais preocupações a serem tratadas pelos ministros da Fazenda na reunião do Rio. A conversa de ontem dos presidentes dos sete países serviu para que o presidente Sarney relatasse a sua reunião com o presidente francês François Mitterrand em que foi transmitida a visão de que a solução política da dívida é uma disposição compartilhada também por algumas das grandes nações credoras. Até a reunião de ontem, os presidentes latino-americanos só haviam tratado deste assunto em termos gerais.

Segundo o ministro Mailson da Nobrega, esta nova etapa tem um significado especial para o Brasil, que com isso atinge o quarto ponto traçado pela equipe econômica no trato da renegociação de sua dívida externa. Primeiro foi feito o acordo com o FMI, depois o acordo com os bancos credores e, em seguida, o acordo com os países do Clube de Paris. "Agora vamos restabelecer o fluxo de recursos para o país e financiar o desenvolvimento de toda a América Latina", explicou Mailson.

A proposta de transformar este plano comum num cartel de devedores foi rechaçada por Mailson prontamente: "A idéia não é essa. A redução das dívidas deve ser feita através da cooperação e não do confronto. Isso está decididamente fora de cogitação."

As principais propostas em estudo para constar no documento a ser elaborada

do pelos ministros da Fazenda englobam, segundo Mailson, a necessidade de que os bancos privados percam uma parte de seus créditos — mas com a possibilidade de receberem, depois à vista, de uma instituição como o FMI, uma parte da dívida a ser acertada. Outra idéia é a de que os países devedores lancem títulos garantidos pelo FMI ou por outro órgão dos países desenvolvidos. Mailson acha que isso traria certeza de pagamento do principal da dívida e de parte dos juros.

☐ As agências reguladoras dos bancos americanos não deverão rebaixar os empréstimos feitos à Argentina após a concessão pelo Banco Mundial de créditos no total de US\$ 1,25 bilhão a aquele país, que, além disso, efetuou o pagamento de US\$ 100 milhões de juros devidos aos bancos desde abril passado. A informação foi dada em Washington por Pieter Bottelier, diretor para a Argentina do Bird. Segundo Bottelier, se as agências rebaixarem para a categoria de empréstimos duvidosos o dinheiro fornecido a Buenos Aires, os bancos credores terão de começar a dar baixa nos empréstimos mais antigos, tornando a possibilidade de a Argentina conseguir dinheiro novo muito mais difícil.